





POLÍTICAS E AÇÕES CULTURAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO: usos da informação e da tecnologia por coletivos culturais e cidadãos

***CULTURAL POLICIES AND ACTIONS IN THE CITY OF SÃO PAULO: uses
of information and technology by cultural collectives and citizens***

Marco Antonio de Almeida¹

 0000-0003-2481-8571

Eduardo Augusto Sena²

 0000-0001-6723-5785

RESUMO

O artigo discute a maneira pela qual o poder público municipal e os coletivos e movimentos culturais da cidade de São Paulo se utilizam das informações acerca dos territórios e de suas populações para o planejamento e a implementação de suas ações, por meio da análise de plataformas de dados culturais. A abordagem da pesquisa é quali-quantitativa, trazendo uma reflexão teórica acerca da bibliografia relacionada ao tema, e pesquisa em fontes diversas, como as próprias plataformas, agregando também dados secundários produzidos por pesquisas de diversas instituições. A pesquisa permite refletir acerca de aspectos relacionados ao enraizamento social das tecnologias, à apropriação e construção coletivas do conhecimento, apontando possibilidades relativas à construção de políticas e ações culturais que podem ser reproduzidas e/ou adaptadas a outros contextos. Conclui-se que a disputa pela internet é uma disputa tecnopolítica, pela formação de opiniões e valores: a participação política nas redes, sua apropriação e incorporação ao cotidiano presencial é estratégica e fundamental para a construção de uma democracia efetiva, que permita o acesso e a distribuição da cultura e do conhecimento socialmente produzidos. Destaca-se, assim, a necessária utilização das redes para fomentar projetos democráticos, que ofereçam alternativas, como a construção de consórcios, acordos e estruturas colaborativas locais com tecnologias abertas e soberania de dados.

Palavras-Chave: Usos da Informação. Acesso à Informação. Cultura. Políticas Públicas. Tecnologias de Informação e Comunicação.

ABSTRACT

The article discusses the way in which the municipal public authorities and the cultural movements and collectives of the city of São Paulo use information about territories and their populations for the planning and implementation of their actions, through the

Artigo submetido em 02/03/2021 e aceito para publicação em 06/04/2021.

¹ Professor do curso de Ciências da Informação e Documentação da FFCLRP-USP e do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da ECA-USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1950508075947990>. E-mail: marcoaa@ffclrp.usp.br.

² Doutor em Cultura e Informação pelo programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5642703096986320>. E-mail: eduardosena@usp.br.

analysis of cultural data platforms. The research approach is quali-quantitative, bringing a theoretical reflection about the bibliography related to the theme, and research in different sources, such as the platforms themselves, also aggregating secondary data produced by research from different institutions. The research allows reflection about aspects related to the social rooting of technologies, to the collective appropriation and construction of knowledge, pointing out possibilities related to the construction of cultural policies and actions that can be reproduced and / or adapted to other contexts. The conclusion is that the dispute over the internet is a technopolitical dispute, for the formation of opinions and values: political participation in networks, their appropriation and incorporation into the face-to-face daily life is strategic and fundamental for the construction of an effective democracy, which allows the distribution of socially produced culture and knowledge. Thus, the necessary use of networks to foster democratic projects that offer alternatives, such as building consortia, agreements and local collaborative structures with open technologies and data sovereignty, stands out.

Keywords: Information's uses. Access to information. Culture. Public Policy. Information and Communication Technologies. Objective.

1 INTRODUÇÃO

Ao lançar um olhar sobre as políticas culturais do município de São Paulo e suas utilizações das Tecnologias de Informação e Comunicação, o objetivo do presente trabalho é investigar, em linhas gerais, as consequências dessa nova configuração social e dos dispositivos que a integram no interior de nossas instituições e estruturas sociais, políticas e econômicas, para então direcionar nossa mirada para as oportunidades e desafios que esse quadro de transformações admite no que tange ao desenvolvimento de renovadas estratégias, individuais e coletivas, de produção e compartilhamento de conhecimentos, inteligências e informações.

O texto busca discutir a maneira pela qual o poder público municipal e os coletivos e movimentos culturais da cidade de São Paulo se utilizaram dos dados acerca dos territórios e de suas populações para o planejamento e a implementação de suas ações. Mais especificamente, nosso interesse é avaliar, a partir de uma análise das redes sociotécnicas, quais as perspectivas que se abrem aos usuários dos ambientes digitais para, a partir do uso dos aparatos tecnológicos disponíveis, procurar construir de maneira autônoma e libertária os seus universos simbólicos e informacionais. Assim, procuraremos compreender esse percurso que transformou os cidadãos paulistanos de usuários em produtores de informação e conteúdo. Nesse percurso, abordaremos a

construção de aplicativos, plataformas e diretrizes de políticas públicas culturais que se configuram, simultaneamente, como ferramentas e produtos de gestão.

Esse mapeamento permite a reflexão acerca de aspectos relacionados ao enraizamento social das tecnologias, à apropriação e construção coletivas do conhecimento – suas potencialidades e limites. Desse modo, podemos vislumbrar a meta de ampliação do capital social de indivíduos e grupos para incrementar a qualidade das relações que se estabelecem, fomentar a coesão e o sentimento de pertencimento no interior de um grupo social para, no limite, conformar redes mais sólidas e atuantes. No contexto atual da sociedade brasileira, esse é um desafio imenso, mas que não pode ser adiado, sob o risco de aprofundarmos ainda mais nossa dívida social. Vale lembrar as palavras do geógrafo Milton Santos que afirmou, muito apropriadamente, ser preciso termos em mente que “a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração” (SANTOS, 2004, p. 262).

A pesquisa que deu origem ao artigo apoiou-se sobre reflexão teórica em torno da bibliografia relacionada ao tema, e em pesquisa em fontes diversas, como as próprias plataformas e dados secundários produzidos por pesquisas de diversas instituições (além da própria Secretaria Municipal de Cultura, CETIC, Instituto J. Leiva, Rede Nossa São Paulo, Centro de Estudos da Metrópole). O texto estrutura-se numa seção inicial que discute os marcos teóricos do trabalho, revendo alguns conceitos relacionados à temática, como as relações entre conhecimento, tecnologia, inovação e apropriação social da informação. As duas seções seguintes são dedicadas à apresentação e discussão dos dados, para finalmente encerrar o artigo com algumas considerações problematizadoras na última seção.

2 ALGUNS MARCOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

Há um conjunto de mudanças econômico-sociais em curso: deslocamento do papel do conhecimento no contexto das sociedades ocidentais, num largo processo de constituição, valorização e aplicação da ciência, de um lado, e de outro, na valorização do acesso à informação para a participação cidadã na vida

pública. Mudanças sociais e tecnológicas desde sempre determinaram modificações e adaptações das sociedades. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) vêm gerando novos e acelerados processos de transformação, particularmente com sua crescente presença no cotidiano, expressando-se em novas formas de políticas públicas, relações de mercado e reflexões acadêmicas. A isso vem somar-se, mais contemporaneamente, outro processo, que é o de “centralização” cada vez maior da cultura no mundo contemporâneo (HALL, 1997).

O impacto desses processos sobre as relações sociais e culturais refletiu-se sobre diversos campos do conhecimento, no âmbito das Ciências Sociais, desde as disciplinas mais “puras”, como a Filosofia, a Sociologia ou a Antropologia, até àquelas mais “aplicadas”, como a Comunicação, a Educação ou a Ciência da Informação – em muitos casos, embaralhando as fronteiras estabelecidas entre esses campos. No caso específico da Ciência da Informação, a discussão acerca dos processos de apropriação da informação se revestiu de diversas perspectivas e nuances, como a discussão do paradigma social da informação (ARAÚJO, 2012), ou de conceitos como competência em informação (VITORINO; PIANTOLA, 2011; MATA; CASARIN; MARZA, 2016) e mediação da informação (ALMEIDA, 2014; ALMEIDA JÚNIOR, 2015; BARBOSA; ALMEIDA JUNIOR, 2017), quase sempre expandindo as fronteiras da área. São conceitos que se dedicam a refletir sobre dinâmicas de interação social, atribuindo maior ou menor peso à análise dos aspectos cognitivos e/ou das estruturas, envolvendo processos complexos que demandam uma combinação de métodos e abordagens. Nosso objetivo situa-se num patamar anterior, buscando refletir acerca dos mecanismos e estratégias de se oportunizar a produção cultural e informacional, o acesso e o uso da informação e da cultura – é nessa linha que compreenderemos o papel das políticas e ações culturais. Trata-se, no caso, de um processo fortemente ligado às TIC, com impacto não apenas na cultura, mas em diversos setores da vida social, e que vem merecendo renovada atenção dos estudos acadêmicos. O caso das Humanidades Digitais é, talvez, o exemplo mais recente que ilustra este processo inter e trans disciplinar.

O termo Humanidades Digitais, embora muitas vezes seja encarado como mais um rótulo generalista, apresenta-se como um campo interdisciplinar

disposto a acolher reflexões e práticas suscitadas pelas mudanças decorrentes da introdução das tecnologias digitais no universo da cultura, do conhecimento e da informação. Nesse campo das “Humanidades Digitais” é possível distinguir vários territórios e enfoques (SVENSSON, 2010; DOUEIHI, 2010; PONS, 2013), desde tecnologias aplicadas às disciplinas classicamente enquadradas nas áreas tradicionais de Humanas, como também novas áreas de pesquisa e ensino, como os estudos da internet e as apropriações socioculturais das TIC. Como campo acadêmico, as Humanidades Digitais transcendem a exclusiva preocupação com a utilização de ferramentas informáticas aplicada às humanidades, configurando também questões teóricas e filosóficas próprias, assim como aplicações e intervenções voltadas para a sociedade. Como observa Milad Doueihi, trata-se de todo um “entorno digital”, compreendido como “... conjunto constituído pelas tecnologias e pelos instrumentos digitais, pelos usos e práticas que estes tornam possíveis, e pelo marco jurídico que supostamente os governa.” (DOUEIHI, 2010, p. 37). Assim, devido precisamente à natureza desse entorno, “... as práticas culturais digitais postulam sérios problemas à maneira de proceder clássica, onde a lei se esforça por alcançar a técnica”. (idem).

Desse modo, as Humanidades Digitais, assim como os outros campos anteriormente mencionados, nos advertem que a apropriação social da informação, dos conhecimentos e da tecnologia não é um processo simples e linear. As práticas e políticas culturais apontam para essa complexidade, ilustrando como a construção de processos de mediação cultural voltados para o empoderamento dos atores enfrenta dificuldades de distintas naturezas para tentar se enraizar socialmente. Nesse sentido, vale lembrar a lição de Michel de Certeau (1994), ao apontar não as restrições impostas pelos aparatos aos indivíduos, mas a criatividade das práticas sociais, para voltarmos nosso olhar para a apropriação das tecnologias e das informações nos processos vivos de produção e circulação da cultura.

Nesse sentido, podemos compreender as Humanidades Digitais como mais que um rótulo genérico, e sim como sintoma de uma discussão maior que envolve a aproximação entre os campos das ciências humanas e sociais, as tecnologias e as mediações. Na nossa percepção, ao se postularem como um território interdisciplinar de mediações disposto a dar guarida às reflexões e às

práticas suscitadas pelas mudanças decorrentes da introdução das tecnologias digitais no universo da cultura, as Humanidades Digitais também apontam para outra questão: a circulação e a apropriação do conhecimento, e o papel social que pode ser desempenhado pelas universidades e pelos pesquisadores nesse processo, em comunicação com os movimentos sociais e os coletivos culturais.

As conexões entre cultura e tecnologia se tornam cada vez mais estreitas, e não podem mais ser analisadas de forma ingênua. Como o Janus da mitologia grega, a tecnologia desafia-nos com sua dupla face: de um lado, um horizonte de potencialidades a se explorar; de outro, caminhos e possibilidades que sutil e despercebidamente se fecham. Assim, a própria concepção de inovação deve ser revista no sentido de construção de novas formas de produção e apropriação da informação e do conhecimento pelos atores sociais.

A tecnologia quase sempre é associada ao conceito de inovação, tomado muitas vezes como pura e simples mudança tecnológica, com forte destaque, contemporaneamente, para o desenvolvimento das TIC. No caso da economia, na perspectiva de Schumpeter (1988), a inovação e seu ciclo dividem-se historicamente em três etapas: invenção; imitação ou difusão; terceirização de produtos para o consumo (estratégia para sustentabilidade econômica das organizações, relacionada à globalização e vista como alternativa para acompanhar a velocidade de demanda por novos produtos).

Por sua vez, críticos dessa concepção questionam se o conceito é válido exclusivamente para o campo econômico, ponderando se perpetuar o modelo capitalista vigente poderia ser, de fato, considerada uma mudança efetiva. Evgeny Morozov, destacado crítico do “solucionismo tecnológico” baseado na inovação, pontua que essa postura se perpetua graças a uma definição bastante restrita dos problemas sociais, formulada a partir dos eixos mais rentáveis para os defensores da “solução”. E lança a pergunta: “Onde estão os aplicativos para combater a pobreza ou a discriminação racial? Criamos aplicativos para resolver problemas que os aplicativos conseguem resolver – em vez de enfrentar os problemas que de fato precisam ser resolvidos.” (MOROZOV, 2019, p. 41). Interessa-nos destacar aqui que a ideia de uma inovação social na apropriação das tecnologias está diretamente relacionada à forma pela qual o conhecimento e a informação são organizados, apropriados e aplicados, e quais as consequências desse processo para a sociedade. Esta perspectiva relaciona-se

diretamente com a cultura, com o conhecimento comum, contemplando, portanto, as suas formas de gestão, assim como os processos de sua produção, disseminação e apropriação.

Como observa Alberto Melucci, nas sociedades sempre mais complexas, a cultura tornou-se o terreno por excelência dos conflitos. Melucci pondera que “... sair da ideologia e produzir conhecimento (conhecimento, capacidade de análise, capacidade de comunicação, auto-reflexibilidade) torna-se um recurso-chave para a ação coletiva.” (MELUCCI, 2001, p 142). Os espaços de produção do conhecimento constituídos pelos movimentos sociais configuram-se como espaços políticos nos quais confluem demandas provenientes dos atores sociais e exigências do sistema, espaços que produzem, transformam e difundem informações. Para preservarem sua natureza de espaço público que acolhe a participação e a representação das identidades coletivas devem permanecer como espaços abertos ao debate e à negociação dos interesses. O território da cultura, hoje, constitui-se na arena que opõe visões de mundo e modos de vida das classes populares, confrontadas com o negacionismo e o revisionismo na agenda de disputas pela legitimidade dos direitos sociais. Nesse sentido, como veremos, iniciativas de políticas públicas que incorporam a possibilidade de os atores sociais serem co-artífices do conhecimento requerido para sua implementação são estratégicas para uma distribuição mais justa de recursos e oportunidades.

Em sintonia com essa perspectiva, outros autores destacam a apropriação de bens compartilhados, que não são nem privados nem estatais, denominados de “comuns” (*commons*) e as maneiras inovadoras que presidem a gestão dos mesmos e orientam as formas de resistência ao seu processo de privatização e monetarização (DARDOT; LARVAL, 2017; HARVEY, 2014). Aqui se percebe melhor o paradoxo existente numa definição exclusivamente econômico-tecnicista da ideia de inovação: muitos dos valores que presidem as concepções e formas de gestão dos “comuns” ancoram-se na tradição – mas são, ainda assim, “inovadores” em relação aos padrões monetizadores vigentes no capitalismo. Embora seja difícil reduzir a noção de “comum” a uma única definição, ela sempre pressupõe uma construção comunicativa e coletiva (SAVAZONI, 2018).

Podemos vislumbrar o comum em diversas experiências concretas mundo afora, reunindo compartilhamento, colaboração, organização emancipatória e autônoma. Evgeny Morozov e Francesca Bria (2019) elencam um conjunto de exemplos de utilização da tecnologia na construção de “comuns digitais” em diversas cidades do mundo, a partir de práticas colaborativas e de governança coletiva dos dados. Eles apostam na implantação contínua dessas experiências-piloto experimentais e de pequena escala como casos exemplares que podem inspirar e potencializar mudanças mais amplas. Não se trata de romantizar a apropriação da tecnologia, mas de apontar como sua presença torna as dinâmicas sociais mais complexas e amplia as alternativas e estratégias dos atores envolvidos.

A apropriação da informação por meio das TIC possibilita conexões e hibridizações inéditas entre o tradicional e o moderno, entre memórias e sonhos do futuro, construindo novas narrativas de luta e de identidade. Nesse sentido, o conhecimento do território, na sua dimensão material, mas também no que tange às relações e redes sociais estabelecidas sobre ele, é estratégico para a implantação de políticas e ações culturais.

3 MAPEAMENTOS CULTURAIS: SP cultura e mapa da quebrada

Em dezembro de 2012, a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) lançou o site SP Cultura, projeto que tinha como objetivo tornar a rede de equipamentos culturais da instituição mais conhecida da população e fornecer informações sobre a programação cultural oferecida nestes espaços. Nesse sentido, o site se propunha facilitar o acesso às informações relativas ao conjunto de atividades disponíveis nestes equipamentos, que eram produzidas e inseridas na plataforma pela equipe da própria SMC, como forma complementar ao *EmCartaz*, guia impresso mensal sobre a programação da Secretaria distribuído gratuitamente à época.

O site se configurava, então, como uma plataforma para a recuperação das informações sobre uma parte importante da produção cultural realizada em São Paulo, tendo em vista o número de equipamentos culturais da SMC distribuídos pela cidade, mas não permitia uma compreensão mais ampla das

dinâmicas culturais presentes nos territórios em que se localizavam estes equipamentos.

Nos anos seguintes ao lançamento do SP Cultura, contudo, a mudança de comando na SMC iria imprimir um novo sentido ao site, que foi transformado em uma plataforma destinada à construção de um mapeamento ativo das diferentes iniciativas do campo cultural realizadas na cidade. Desenvolvida em *software* livre e contando com um sistema de georreferenciamento das informações, a plataforma passou a contar não apenas com a distribuição territorial dos equipamentos da SMC mas, ao permitir a inserção de dados a partir dos próprios atores, tomou a forma de um Mapa Cultural dinâmico e colaborativo mais amplo do cenário cultural paulistano, dando visibilidade aos agentes, espaços, eventos e projetos culturais distribuídos pelo seu território.

Contudo, vale destacar que a criação de uma plataforma que permitisse visualizar a distribuição territorial das iniciativas culturais pela cidade, a partir de um processo colaborativo e coletivo de autoinscrição em uma plataforma digital de mapeamento pelos atores culturais, foi também objeto de um projeto financiado, em 2012, com recursos do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), política de fomento desenvolvida pela SMC desde 2004. Instituído através da lei municipal nº 13540/03 e regulamentado pelo decreto nº 43.8223/03, o programa VAI funciona como um mecanismo de financiamento direto a projetos de criação, produção e difusão cultural, desenvolvidos por grupos e coletivos formados por moradores das regiões da cidade com oferta escassa de infraestrutura para fruição e produção cultural³.

Desenvolvido pela Agência Cultural Solano Trindade, o projeto financiado pelo VAI tinha como objetivo criar um site da Agência que também incorporasse um Mapa Cultural da Quebrada. Segundo os proponentes, o objetivo do projeto era superar uma dificuldade latente quanto à apropriação das TIC pela população das regiões mais periféricas da cidade, expressa tanto na oferta

³ Inicialmente, o programa foi criado para apoiar financeiramente apenas projetos de proponentes com idade entre 18 e 29 anos. Em 2014, contudo, o programa foi ampliado, através do Decreto nº 54.883, e passou a contar com uma segunda modalidade, também destinada prioritariamente ao financiamento de projetos de grupos e coletivos culturais formados por jovens, residentes nas regiões da cidade com maior índice de vulnerabilidade social, mas sem limite de idade para os seus proponentes, desde que comprovem atuação mínima de dois anos na cidade de São Paulo. Esta modalidade também permite projetos com orçamento maior.

insuficiente para acesso à internet como na necessidade de ampliação das capacidades cognitivas necessárias à sua utilização (SENA, 2013).

Nesse sentido, seus realizadores afirmavam a necessidade de realização de uma pesquisa para compreender melhor quais as ferramentas e plataformas informacionais disponíveis para utilização no desenvolvimento do site, dando especial atenção àquelas baseadas em softwares livres e códigos abertos. Além disso, e de modo complementar à essa pesquisa, seria realizada uma consulta com diferentes coletivos culturais, para entender suas necessidades e habilidades no uso da internet.

Lançado em 2013, o projeto de mapeamento está hoje inativo. A iniciativa de criação do Mapa Cultural da Quebrada, importante para dar visibilidade às iniciativas culturais produzidas por uma série de atores em diferentes territórios das periferias da cidade, não resistiu à competição com as redes sociais e com os custos de manutenção da ferramenta. Ainda que seja preciso reconhecer o paradoxo representado pelo Facebook, por exemplo, que pode ser considerado um importante elemento para a explosão do uso da web, ao mesmo tempo que integra o movimento de cerceamento à liberdade do uso da internet (SAVAZONI, 2018), é certo que sua disseminação o tornou uma plataforma fundamental para as estratégias de articulação e comunicação dos atores do campo da cultura.

Além disso, é preciso salientar que, posteriormente, o site da SP Cultura, além de servir de plataforma de mapeamento, também concentrou as informações sobre os editais realizadas pela SMC, servindo como espaço para a inscrição das propostas pelos proponentes. A partir desse duplo perfil, de espaço institucional sobre a programação, serviços e programas desenvolvidos pela SMC e de mapeamento coletivo das dinâmicas culturais da cidade, a plataforma conseguiu ganhar aderência entre os usuários e manter-se atualizada.

4 INTERNET: assimetria de acesso e usos culturais

Investigar as variáveis determinantes para o acesso e consumo de bens culturais tem mobilizado a atenção de pesquisadores e gestores culturais ao longo das últimas décadas, em decorrência da centralidade assumida pela cultura na sociedade contemporânea. De modo geral, a literatura resultante

dessas análises parece convergir em direções semelhantes, e ressaltar que as práticas culturais de uma determinada população podem ser explicadas através de uma associação de fatores como classe social, renda, escolaridade, faixa etária e localização domiciliar.

Em relação à cidade de São Paulo, além de reconhecer a importância de todos esses fatores, podemos acrescentar que a disponibilidade de equipamentos culturais no território é uma variável fundamental para explicar o consumo de cultura de sua população, mesmo tendo em vista que as dinâmicas culturais que tem como palco a cidade são plurais e não estão circunscritas aos circuitos institucionais, sendo antes a expressão do patrimônio cultural de diferentes grupos, atuando em diferentes pontos do seu território.

Ao menos, é o que se pode inferir a partir da observação dos dados de pesquisas sobre os públicos da cultura produzidas em anos recentes. Primeiramente, ressaltamos que, já em 2005, em artigo sobre a primeira etapa da pesquisa “O uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo”, realizada com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre os fatores que interferem nas práticas de cultura e lazer⁴, Isaura Botelho e Maurício Fiore, coordenadores da pesquisa, afirmam que os resultados “... apontaram a enorme desigualdade de acesso à cultura tradicional e o peso respectivo de variáveis sociodemográficas, como níveis de escolaridade e de renda, faixa etária e localização domiciliar.” (BOTELHO; FIORE; 2016, p. 171).

O peso significativo da relação entre a presença de equipamentos culturais em uma dada região e as práticas culturais de sua população está expressa num dado presente nesta pesquisa: dada a concentração e disponibilidade de equipamentos culturais na região do Centro Expandido de São Paulo, seus moradores têm 2,6 vezes mais chances de serem grandes praticantes culturais, quando comparados com pessoas de outras regiões, desprovidas de equipamentos culturais (BOTELHO; FIORE; 2016).

Pesquisas mais recentes, realizadas pela Rede Nossa São Paulo (Cultura na Cidade) e pela J. Leiva (Hábitos culturais dos paulistas) parecem confirmar a existência de diferenças significativas quanto aos indicadores de acesso a bens

⁴ A pesquisa realizou uma sondagem em um universo de 2.002 pessoas, residentes da Região Metropolitana de São Paulo e maiores de 15 anos de idade.

e serviços culturais tanto em razão da disponibilidade de equipamentos culturais no território, como o peso das variáveis idade, renda, escolaridade e localização domiciliar como condicionantes das práticas culturais – em que pesem as diferenças de metodologia e escopo das pesquisas. Mas nos interessa destacar aqui o fato de que, desde a pesquisa coordenada por Isaura Botelho e Maurício Fiore, já se tornava visível a importância crescente da ampliação da posse dos equipamentos e dispositivos eletrônicos (TVs, smartphones, tablets, etc.) e da disseminação do acesso da internet como elementos importantes na compreensão da produção, circulação e consumo de bens, serviços e conteúdos culturais. Uma dinâmica sociocultural completamente nova começou a ganhar forma, sob a forma do paradigma resultante das TIC e das redes de compartilhamento.

Desse modo, podemos afirmar que a posse de dispositivos conectados à internet tem representado uma forma importante de acesso e produção de bens e serviços culturais, notadamente quanto aos conteúdos audiovisuais e ao consumo de música, o que permite que as práticas culturais ocorram mesmo durante a realização de atividades comuns do cotidiano das pessoas, a partir de escolhas individuais quanto ao conteúdo, horário e duração. A enorme oferta de conteúdos gratuitos e a possibilidade de seu compartilhamento igualmente sem custo através das redes sociais e aplicativos de mensagens permitem às pessoas encontrar aqueles mais afinados aos seus gostos e repertórios culturais, sem precisar contar com a mediação de qualquer instância de legitimação - embora expostas às escolhas ditadas por algoritmos, com base nas suas escolhas prévias (PIAZZON; SENNE, 2018).

Ocorre, portanto, uma ampliação importante do acesso à informação e aos bens culturais que ameniza, em termos, as desigualdades de oferta presencial, ou seja, da frequência a eventos ou a equipamentos culturais. Contudo, assim como na desigual oferta de equipamentos culturais e de outros bens coletivos observada no tecido urbano da cidade de São Paulo, também aqui as condições de oferta não se encontram distribuídas de maneira uniforme, restando às regiões com alta concentração de pobreza uma infraestrutura precária para acesso à internet, ao passo que os domicílios das regiões com população de maior renda concentram os serviços de maior qualidade.

Um dos principais documentos sobre o acesso à internet na cidade de São Paulo foi produzido, em 2019, pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br): trata-se do estudo “Desigualdades digitais no espaço urbano: um estudo de caso sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo”, que apresenta um importante panorama das condições de infraestrutura (Banda Larga nos domicílios), acesso (usuários de Internet) e uso (diversidade de atividades realizadas na Internet), dimensões que precisam ser relacionadas para uma compreensão adequada dos processos de acesso à informação e, conseqüentemente, de inclusão e segregação digital (CETIC, 2019a).

A publicação apresenta dados coletados nos anos de 2012 e 2017, o que permite uma análise interessante da evolução dessas dimensões: cinco anos, quando pensamos na velocidade do avanço da internet e das TIC, é tempo suficiente para mudanças significativas nesse panorama. Segundo dados da pesquisa, em 2017, quase 80% dos paulistanos eram usuários da internet. Esses dados, relativos à cidade de São Paulo, são similares aos resultados da Pesquisa TIC Domicílios 2019, parte da série histórica igualmente produzida pelo NIC.br, que apresenta um panorama de todas as regiões brasileiras (CETIC, 2019b)

Os resultados apurados pela TIC Domicílios 2019 apresentam relativamente pouca variação, no que tange ao uso mais geral da internet, quanto às variáveis de gênero, cor e raça e mesmo de renda familiar: parece ser significativo o número de pessoas em diferentes condições sociais que afirmam ser usuárias da internet. Um aspecto interessante, presente em ambas as pesquisas, é a percepção da faixa etária como um padrão demográfico fundamental para a compreensão das dinâmicas de inclusão digital, já que a assimilação da internet no cotidiano da população mais jovem permite inclusive romper as barreiras impostas por condicionantes socioeconômicos. Entre a população com idade entre 18 e 34, segundo a pesquisa sobre desigualdades digitais, é praticamente universal o uso da internet, sendo este também o grupo etário que a utiliza de maneira mais diversificada.

Contudo, o diferencial deste estudo é a análise mais aprofundada das dimensões da infraestrutura, acesso e uso a partir de indicadores socioeconômicos e territoriais, o que revela um quadro de grandes disparidades. Alguns dados são bastante elucidativos da estratificação digital que

mencionamos acima. Por exemplo, embora em 2017 um quarto dos domicílios da cidade já contasse com uma conexão superior a 4Mbps, parâmetro de medida que afere o acesso à Banda Larga, a proporção de domicílios da classe C com essa conexão era de apenas 15%, número ainda menor entre as classes DE: pouco mais de 3%. Entre os domicílios das classes A e B, esse percentual era superior a 46%, tendo saltado 10 pontos percentuais em cinco anos.

Desse modo, ainda que seja possível inferir uma ampliação expressiva entre as classes D e E quanto ao uso da internet ao longo do período 2012 e 2017, é preciso salientar que este acesso se dá basicamente através de dispositivos móveis, com a utilização de conexão de menor velocidade (o acesso à banda larga se dá através do uso de redes compartilhadas em espaços e equipamentos públicos e privados).

Segundo Marta Arretche (2019), em ensaio disponível neste estudo, essas assimetrias terão como resultado uma realidade em que coexistem internautas de primeira classe conectados à Banda Larga e que naturalmente conseguem fazer uso das oportunidades e facilidades disponíveis através da internet, e internautas de segunda classe, com acesso às conexões de baixa velocidade e conectadas basicamente através de celulares. Essa estratificação digital reflete, portanto, tanto desigualdades individuais (renda insuficiente para aquisição de equipamentos e pagamento de serviços de acesso à internet), como coletivas e territoriais (expressas na ausência de oferta de serviços de melhor qualidade, especialmente conexão de banda larga). Percebe-se, dessa maneira, que a dinâmica da exclusão digital na cidade de São Paulo reflete processos mais amplos de exclusão social, e que a análise dessas duas dimensões precisa estar associada para uma compreensão adequada deste fenômeno multidimensional de segregação.

De maneira geral, contudo, a análise combinada dos dados sobre exclusão social e digital apresentada na pesquisa é inequívoca em apontar a existência de uma dinâmica de vulnerabilidade já bastante conhecida: as bordas da cidade têm os piores indicadores, ao passo que a região central da cidade concentra o maior número de oportunidades de emprego, educação e acesso à serviços de diferentes naturezas, inclusive quanto ao acesso à cultura. Esses dados, portanto, são um ponto de partida importante para o debate e a

construção de políticas públicas de inclusão digital que atuem na ampliação e melhoria da oferta de conexão e de acesso a computadores, tendo em vista que

O uso da Internet exclusivamente via celular e/ou com conexões de menor velocidade reduz significativamente as oportunidades que a rede pode oferecer aos usuários, tanto em formas de inserção econômica, quanto em possibilidades de participação da vida política ou no uso de ferramentas que auxiliem outras dimensões do cotidiano de vida dos indivíduos. (CETIC, 2019a, p. 152).

Por esse motivo, em anos recentes a Prefeitura de São Paulo procurou desenvolver políticas destinadas a promover a inclusão digital, conforme mostra Tomás Wissenbach (2019). O objetivo destas iniciativas converge para a tentativa de criação de uma cidade mais democrática, baseada no acesso a dados abertos, ao conhecimento comum e a infraestruturas urbanas que garantam bem-estar e serviços melhores e mais justos, o que se conecta a uma perspectiva mais inclusiva, presente em outras experiências urbanas ao redor do mundo (MOROZOV; BRIA; 2018).

As primeiras iniciativas nesta direção tiveram início ainda na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004), com a criação dos Telecentros, locais equipados com computadores com boa conexão à internet para uso público. Posteriormente, as ações nessa área seriam institucionalizadas no âmbito da Política Municipal de Inclusão Digital, por meio da Lei Municipal nº 14.668/08 e do decreto 50.554/09. A partir de 2013, adicionalmente ao funcionamento dos Telecentros, a cidade passou a contar com o Programa WiFi Livre SP, que disponibiliza acesso à internet gratuito e de boa qualidade em espaços públicos, e com o FAB LAB LIVRE SP, rede de laboratórios públicos com foco na criatividade e inovação (WISSENBACH, 2019).

Para corrigir as assimetrias e desigualdades apontadas mais acima, boa parte destas iniciativas foram implementadas em regiões localizadas nas bordas da cidade. Mas também na região do centro expandido, que concentra parte importante dos investimentos, em razão do fato de que muitas pessoas residentes em outras regiões frequentam a área central em busca das oportunidades e serviços ali disponíveis.

Embora insuficientes para o atendimento da demanda potencial para tais serviços, estas políticas têm contribuído para manter a promoção da inclusão digital como uma pauta importante na agenda política da cidade. A emergência

da pandemia da COVID-19 e as medidas de isolamento social adotadas para a sua contenção expuseram de modo dramático como as assimetrias de acesso às TIC e à Banda Larga limitam o desenvolvimento pessoal, educacional e profissional de um largo contingente de pessoas.

Superar esse cenário não é uma tarefa fácil, tendo em vista que este processo combinado de exclusão social e digital que apresentamos sinteticamente aqui é um fenômeno de alcance global. Conforme salienta Manuel Castells, ainda que boa parte do planeta tenha sentido, ao longo dos últimos anos, os efeitos positivos da emergência da Internet no cotidiano de suas práticas, é certo que as "... redes globais incluíam algumas pessoas e territórios e excluía outros, induzindo, assim, uma geografia de desigualdade social, econômica e tecnológica" (CASTELLS, 2010, p. 443). Na mesma direção, Néstor Garcia Canclini afirma que essa geografia configura um estado de constante marginalização de amplas camadas ao redor do globo, associado a formas multidimensionais de estratificação de acordo com a posse de capitais e competências: "O tecno-apartheid está imbricado num pacote complexo de segregações históricas configuradas por meio de diferenças culturais e desigualdades socioeconômicas e educacionais." (CANCLINI, 2009, p. 237).

Portanto, para que seja possível se beneficiar plenamente do que a internet pode oferecer, é necessário possuir competências linguísticas (o inglês é a língua franca da rede), comportamentais e cognitivas que permitam decifrar adequadamente um universo em permanente transformação. Assim como ocorre com a apropriação de bens culturais, as diferenças em termos de escolarização e renda são fundamentais para determinar o sucesso ou fracasso nesse processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma discussão política fundamental necessita ser construída em torno da concepção de tecnologia tal qual ela é manipulada hoje pelo setor extrativista de dados. Isso não deve ser confundido com uma crítica à tecnologia em si, mas uma constatação de que a adoção acrítica da ideia de big data e da cultura dos algoritmos associada contribuiu para a retomada de um certo positivismo e sua

concepção monolítica de conhecimento, assim como para práticas monopolistas de negócio (MOROZOV, 2018). Recuperar a dimensão do humano, do social, e reforçar a necessidade do dialogismo, do debate público, de um conjunto de práticas verdadeiramente políticas em contraposição à imposição das visões tecnocráticas, torna-se não só estratégico, como essencial para os movimentos sociais e coletivos culturais. Esta perspectiva está em sintonia com alguns elementos apontados por Sérgio Amadeu da Silveira (2019) em relação ao que ele considera como uma crise contemporânea da internet. Para ele, as grandes plataformas tornaram-se os *gatekeepers* da rede, revertendo seu espírito original: a economia da difusão foi suplantada pela economia da atenção. Vale recordar que a inexistência de autorizações prévias foi fundamental para explosão de criatividade nas redes, por exemplo, para a criação do Youtube e para a própria difusão da ideologia do empreendedorismo. Hoje imperam as redes sociais online: pontos fechados acessados por senhas, estruturas verticais, centralizadas e operadas por algoritmos com o objetivo de “fidelizar” seus usuários e mantê-los conectados/interagindo a maior parte do tempo (ao contrário da relativa dispersão dos regimes anteriores da internet). A partir desse diagnóstico, Silveira aponta três crises da internet: a- crise das estruturas distribuídas; b- crise do livre fluxo de dados e c- crise do ideal de participação. Essa última nos interessa particularmente.

Há uma confusão ingênua entre engajamento político e engajamento democrático. Como contraponto aos sites de ações solidárias, campanhas de esclarecimento etc., a emergência de sites e coletivos neofascistas, pela supremacia branca, de fake news e manipulação política etc. demonstram que a internet é um terreno em disputa. Por outro lado, o capitalismo orientado por dados tem na internet seu terreno estratégico. As grandes plataformas oferecem seus serviços de hospedagem em nuvens, que também são infraestruturas de Inteligência Artificial (IA) dissuadindo empresas e países de investirem em criação e desenvolvimento de infraestruturas locais e nacionais. O novo colonialismo em curso envolvendo os dados como commodities, ancora-se na entrega dos dados às grandes plataformas – é o caso de 38% dos municípios no Brasil (SILVEIRA, 2019).

Considerando essas reflexões, ainda que seja necessário reconhecer um aumento crescente do acesso à cultura através da utilização de equipamentos

eletrônicos e dispositivos conectados à internet, conclui-se que as oportunidades para realização destas práticas são fortemente condicionadas pelos constrangimentos estruturais das redes e pelas dimensões de renda e localização domiciliar. Além disso, é fundamental reconhecer que elas não substituem totalmente as práticas presenciais, consideradas mais completas pelas pessoas. Na verdade, parece fazer mais sentido afirmar que as práticas online são um complemento às vivências no mundo offline, cada vez mais enraizadas no cotidiano e uma saída possível frente às impossibilidades de investir tempo e, principalmente, dinheiro para a realização das práticas presenciais. A dimensão econômica, envolvida nas práticas culturais, ou seja, custo de aquisição de ingressos, deslocamento, alimentação, etc., aparece nas diferentes pesquisas sobre hábitos culturais da população como um elemento limitador, mesmo entre as classes AB.

Para finalizar, pontuamos sinteticamente que: 1) quando pensamos no acesso a bens e serviços culturais, devemos considerar que a oferta potencialmente induz a demanda; 2) a concentração territorial de equipamentos culturais reduz a oferta de repertórios culturais para um largo contingente populacional na cidade de São Paulo, sendo necessário enfrentar esse problema; 3) a disseminação da internet e das TIC tem produzido mudanças importantes nos padrões de produção, circulação e consumo de bens culturais, mas as diferenças socioeconômicas que restringem as práticas presenciais também limitam as experiências no mundo offline; 4) as políticas públicas de cultura são parte fundamental do debate sobre cultura, território e direitos na cidade de São Paulo, pelo potencial de correção das assimetrias estruturais, historicamente construídas, e precisam dialogar com as políticas de inclusão digital.

Desse modo, vislumbra-se a oportunidade possibilitada pela utilização da ambivalência das redes para fomentar projetos democráticos/disputa e reconfiguração da internet. Trata-se de oferecer alternativas, construção de consórcios, acordos e estruturas colaborativas locais com tecnologias abertas e soberania de dados, na linha proposta por Morozov e Bria (2019). A disputa pela internet é uma disputa tecnopolítica, pela formação de opiniões: a participação política e cultural nas redes, sua apropriação e incorporação ao cotidiano presencial é estratégica e fundamental para a construção de uma democracia

efetiva, que permita a distribuição da informação, da cultura e do conhecimento socialmente produzidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 19, n. 2, p. 191-214, mai./ago. 2014. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/20000/pdf_24. Acesso em 19 nov. 2020.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ARAÚJO, C. A. V. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 1, 2012, p. 145-159. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91416>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ARRETCHE, Marta. A geografia digital no Brasil: um panorama das desigualdades regionais. In: **Desigualdades digitais no espaço urbano** [livro eletrônico]: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (editor). São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf. Acesso em: 21 nov. 2020.

BARBOZA, E. L.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação da informação nas discussões sobre os fluxos informacionais. **Informação em Pauta**. Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 55-73, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/30812/71593>. Acesso: 20 fev. 2021.

BOTELHO, Isaura; FIORE, Maurício. **O uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo**: relatório da primeira etapa da pesquisa. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, 2005. 125 p.

BOTELHO, Isaura; FIORE, Maurício. O uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo. In: BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura**: políticas culturais e seus desafios. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016, p. 171-189.

BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. In: **Dimensões da cultura**: políticas culturais e seus desafios. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016, p. 209-219.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CETIC **Desigualdades digitais no espaço urbano** [livro eletrônico]: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (editor). São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019a. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf Acesso em 14 nov. 2020.

CETIC. **Pesquisa TIC Domicílios 2019**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (editor). São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019b. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/individuos/C1/> Acesso em 14 nov. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum – ensaio sobre a revolução no século XX**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DOUEIHI, Milad. **La gran conversión digital**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, jul./dez.1997.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEIVA, João (org.). **Hábitos culturais dos paulistas revolução urbana**. São Paulo: Tuva Editora, 2014. Também disponível em http://www.pesquisasp.com.br/downloads/livro_cultura_em_sp.pdf.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; SENNE, Fabio. Cultura e Tecnologias no Brasil: um estudo sobre as práticas culturais da população e o uso das tecnologias de informação e comunicação. In: CALABRE, Lia [et al.] (org.). **Anais do IX Seminário Internacional Políticas Culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. p. 96-19.

MATA, Marta Leandro; CASARIN, Helen de Castro Silva; MARZA, Miguel Ángel. Da educação de usuários à competência em informação: perspectivas conceituais. In: ALVES, Fernanda Maria Melo; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira (orgs.) **Competência em Informação: políticas públicas, teoria e prática**. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 279-300.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. **A cidade inteligente – Tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

PONS, Anacleto. **El desorden digital: guía para historiadores y humanistas**. Madrid: Siglo XXI, 2013.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Pesquisa Viver em São Paulo: Cultura na Cidade**. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/10/viver_cultura_2019_tabelas.pdf. Acesso em 16 nov. 2020

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Tempo e Técnica, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2004.

SAVAZONI, Rodrigo. **O comum entre nós: da cultura digital à democracia do século XXI**. São Paulo: Ed. SESC, 2018.

SAVAZONI, Rodrigo. **A onda rosa-choque: reflexões sobre redes, cultura e política contemporânea**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SENA, Eduardo Augusto. **Políticas culturais, tecnologias de informação e democracia cultural: o programa VAI e a constituição da Agência Popular Solano Trindade**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (Dissertação de mestrado).

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A Internet em crise. In: SADER, Emir (org.) **E agora, Brasil?** Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2019, p. 245-263.

SVENSSON, Patrik. The Landscape of Digital Humanities. **Digital Humanities Quarterly**, vol. 4, n. 1, 2010.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da Competência Informacional. **Ciência da Informação** [online]. 2011, vol.40, n.1, pp.99-110. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf> . Acesso em: 21 nov. 2020.

WISSENBACH, Tomás. Dinâmicas intraurbanas e desigualdades territoriais: elementos para o debate sobre inclusão digital na cidade de São Paulo. In: **Desigualdades digitais no espaço urbano** [livro eletrônico]: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR [editor], São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/1145_4920191028-desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf Acesso em: 16 nov. 2020.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.